



China: desenvolvimento e oportunidades

José Cândido da Silva Nóbrega

Mestrado em Sistemas Agroindustriais PPGSA - CCTA - UFCG, Mestrado em Negócios Internacionais Must University. Email: jcneto@cajueiromotos.com.br

RESUMO - A história do comércio exterior chinês começou com a dinastia Han Ocidental (206 aC-9 dC) durante a famosa "rota da seda", através da qual a Ásia Central foi explorada pelos enviados chineses e que durante dinastias posteriores, navios Os chineses negociavam ao longo de toda a rota marítima da Ásia, chegando à costa africana como um ponto final, enquanto as caravanas ampliavam seus contatos comerciais através da Ásia Central e do Oriente Médio. A China não tem sido apenas uma berço da civilização humana, mas uma potência comercial, porque evoluiu seus sistemas políticos e comerciais para sobreviver neste processo global. A ascensão da China à condição de potência global marca uma novidade: pela primeira vez a ordem capitalista global poderá deixar de ser hegemônica pelo mundo ocidental. O avanço econômico da China coloca-se no centro das atenções dos internacionalistas, particularmente nos EUA.

Palavras chaves: Mercado chinês. Evolução. Importância na conjuntura internacional.

China: development and opportunities

ABSTRACT - The history of Chinese foreign trade began with the Western Han dynasty (206 BC-9 AD) during the famous "silk route", through which Central Asia was explored by Chinese envoys and that during later dynasties, Chinese ships they negotiated along the entire Asian sea route, reaching the African coast as an end point, while caravans expanded their commercial contacts across Central Asia and the Middle East. China has not only been a cradle of human civilization, but a commercial power, because its political and commercial systems have evolved to survive in this global process. China's rise to the status of a global power marks a novelty: for the first time, the global capitalist order may cease to be hegemonized by the western world. China's economic advance is at the center of the attention of internationalists, particularly in the United States.

Key words: Chinese market. Evolution. Importance in the international context

INTRODUÇÃO

Atualmente, a política econômica desta nação é baseada no chamado modelo de economia de mercado socialista, mas de onde vem essa noção? Veja o pano de fundo deste imediatamente. O atual regime do governo da China é uma República Popular Comunista fundada em uma Constituição Nacional. Da mesma forma, sua economia é governada e dirigida pelo Estado e se baseia em um pacto entre ela e o setor trabalhista, em termos de indústria; e com o setor camponês, em questões agrícolas. A política econômica da República Popular da China foi originalmente baseada na direção da política industrial, agrícola, monetária e comercial pelo governo e com a assistência das outras potências e do Comitê Central do Partido Comunista. No entanto, os líderes do mundo chinês, ao contrário do mundo soviético - que permaneceu preso em seu modelo econômico tradicional sem querer aceitar a necessidade de se adaptar às transformações da economia mundial, essencialmente comercial -, previram a necessidade de transformar sua economia. para se adaptar às tendências internacionais em voga. Assim, a inserção da China como concorrente comercial estratégico na nova ordem econômica mundial não é um fenômeno recente, mas sim devido a um esforço contínuo por mais de vinte anos. Mesmo muito antes da queda do muro de Berlim, o colapso da antiga URSS e, conseqüentemente, do bloco socialista (SUKUP, 2003) .

Mais precisamente, "no final de 1978, os líderes chineses tentaram mudar sua economia, até então baseada no modelo soviético de planejamento centralizado, para um mercado orientado, mas controlado pelo Partido Comunista". De fato, isso poderia ser considerado como a chave para o desenvolvimento e transformação da economia chinesa, pois levou ao estabelecimento de relações econômicas com outras nações - por meio do comércio, investimento estrangeiro e cooperação econômica - bem como consórcios industriais e comerciais transnacionais.

O processo de modernização e abertura

Em questões agrícolas e industriais, a produção agrícola dobrou nos anos 80 e a indústria melhorou, especialmente nas áreas costeiras próximas a Hong Kong e longe de Taiwan, onde a ajuda externa e os métodos modernos de produção melhoraram, tanto a produção local como as exportações, o produto interno bruto triplicou o de 1978. (GUIMARÃES, 2012, p.10).

Gradualmente, na economia chinesa, o PIB aumentou em média 10% nos anos 90, e a população começou a ser empregada enquanto os sistemas administrativos do Estado estavam sendo purificados. Isso preparava as condições para completar a transformação da economia centralizada por uma economia mais dinâmica. No final de 1993, uma série de reformas de longo prazo foram aprovadas para melhorar as leis de mercado e fortalecer o controle financeiro central, controlando as

principais indústrias no que hoje é chamado de "economia de mercado socialista". Ao mesmo tempo, o governo tentou - entre outras coisas - manter grandes empresas estatais à tona, muitas das quais não participaram da decolagem da economia (LARDY, 2017). No desenvolvimento da economia chinesa, ao se adaptar às tendências dominantes da economia internacional, o Estado buscou realizar a transformação de forma gradual e equilibrada - ao incorporar todos os setores produtivos - e coerente, porque não foi aberto imediatamente, mas estava preparando as condições necessárias para que isso fosse alcançado de forma completa, efetiva e permanente, sem repercussões ou efeitos negativos. Da mesma forma, uma das estratégias que permitiram ao Governo da República Popular da China impulsionar seu crescimento comercial foi reduzir uma série de impostos que restringiam o consumo interno e, ao mesmo tempo, as zonas econômicas especiais eram abertas (América Latina, União Européia, etc.). A China realizou uma série de reformas da estrutura do comércio exterior (SOUZA, 2007) .

Com isso, é óbvio que o Estado chinês tentou realizar a preparação de condições para o comércio interno e externo, equilibrando ambos os itens. Agora, em que termos esta situação ocorreu?

Reformas e transição

Entre as reformas para o comércio exterior, por exemplo, pode-se mencionar o seguinte:

A expansão dos poderes locais para avaliar e ratificar as exportações, promovendo a autonomia de gestão e exportação de empresas de comércio exterior, et. A antiga estrutura na qual o comércio exterior era administrado monopolisticamente pelo Estado e era altamente concentrado, as funções do governo não eram separadas das funções corporativas e elas eram unificadas no comando dos lucros e perdas. O Estado reduziu passo a passo a administração dos planos de gestão no comércio exterior e as respectivas empresas. É estabelecido pouco a pouco o sistema de administração no qual o comércio exterior é regulado por métodos econômicos como impostos alfandegários, taxas de câmbio, créditos, etc (GUIMARÃES, 2012, p.10).

Com isso, as administrações públicas locais tiveram o poder de incentivar, administrar e apoiar as atividades de comércio exterior, bem como simplificar os

procedimentos, não tendo que ser objeto de gerenciamento direto dos órgãos centrais (LARDY, 2017).

Este sistema, adotado pela República Popular da China como parte de seu processo de incorporação e adaptação às transformações da economia mundial - apropriadamente no contexto da globalização supracitada - preserva as características do governo socialista. Nele, um ponto vital corresponde ao que o Escritório Comercial da Embaixada da China no México denomina "os setores finais" da economia chinesa, isto é, indústria e campo. Sobre esses setores, o Estado chinês mantém a propriedade de mais de 80% das empresas que os compõem. O mesmo se aplica aos setores estratégicos da economia chinesa: em termos de petróleo e energia elétrica, o governo mantém a exclusividade da propriedade e da operação das empresas que exploram, processam e distribuem esses valiosos recursos (GUIMARÃES, 2012; BASSO, 2016).

De acordo com informações gentilmente fornecidas em 2003 pelo Sr. Zhao Chunjiang, Secretário do Escritório Comercial da Embaixada da China no México, empresas do setor de consumo (também chamado de indústria leve), ou seja, motocicletas, eletrodomésticos, computadores, entre outros estão abertos ao investimento estrangeiro. Além disso, 90% deste setor é de propriedade privada e está nas mãos de empresas de outros países. Neste ramo da produção chinesa não há controle ou restrições estatais, mas isso será discutido no próximo capítulo desta investigação, quando as transformações da economia chinesa são abordadas em maior profundidade e detalhe. Retornando à origem da economia de mercado socialista, a China resolveu adotar esse modelo econômico de acordo com o que aconteceu durante a III Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central do Partido Comunista daquele país, realizada em 1978. Na tabela cronológica mostrada Em seguida, esses relatórios são ilustrados com mais precisão (LARDY, 2017).

A incorporação da República Popular da China na nova ordem econômica internacional

Como já se vê, desde 1978 o governo chinês começou a mudar suas idéias e processos com relação à economia nacional, a fim de se adaptar com sucesso às mudanças e tendências de globalização que, desde aqueles anos estavam começando a prevalecer. No entanto, a abertura para práticas de negócios globais dominantes não seria suficiente. Assim, para acomodar as práticas internacionais, a China apresentou oficialmente o pedido de recuperação de sua posição como país signatário do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio em 1986. Em 1995, foi fundada a Organização Mundial do Comércio. A China segue as negociações para se juntar a essa organização.

Nesse período, a China freqüentemente reduziu as tarifas alfandegárias e, nos 13 anos, o entusiasmo do país por ingressar na Organização Mundial do Comércio não foi reduzido, embora ainda cumprisse suas promessas: como país em desenvolvimento. e com base no Acordo da Rodada Uruguai, a China assumiu as obrigações

correspondentes ao seu nível de desenvolvimento econômico (GABRIEL 2019).

Também "reforçou ativamente as negociações com os EUA e outros países membros desta organização, participaram das atividades da Organização para a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e desempenhou um papel importante em si. As relações comerciais bilaterais entre a China e os Estados Unidos, a União Europeia, a Rússia, o Japão, etc. foram constantemente fortalecidos ". Como pano de fundo imediato, deve-se dizer que, apesar de ser uma nação hermética e considerado um dos dois principais pólos de comunismo mundial, a China tem desenvolvido boas relações diplomáticas, mesmo que mais tarde iria servi-lo na sua evolução para o investimento estrangeiro e Comércio exterior para se tornar uma economia de mercado. Mas este processo não era novo, muito menos desconhecido para os líderes da China, desde outubro de 1949 a maio de 1951, esta grande nação estabeleceu relações diplomáticas com 19 países. Durante a segunda metade da década de 1950 e no final da década seguinte, muitos países recém-independentes estabeleceram relações diplomáticas com ela (GUIMARÃES, 2012; ZANETHI. 2018).

No final de 1969, cinquenta países tinham essas relações com as nossas. Na década de 70, devido à normalização das relações sino-americanas, a restituição de sua posição legítima na Organização das Nações Unidas e no Conselho de Segurança da mesma, a China alcançou um novo e importante avanço nas relações com o mundo exterior. Alguns países como o Japão, EUA e muitos terceiro mundo estabeleceram relações diplomáticas com a China, acrescentando, no final de 1979, 121. Na década de 80, a China estabeleceu relações diplomáticas com muitos países da Ásia, África, América Latina e Oceania (LARDY, 2017).

Entrando nos anos 90, a China estabeleceu relações diplomáticas com as várias repúblicas recém-independentes da União Soviética e África do Sul, a República da Coreia e Israel. No final de 1999, a China tinha relações diplomáticas com 161 países. Essa eventual abertura diplomática, em sua oportunidade, culminou em uma abertura comercial e industrial. Assim, gradualmente, a China deixou de ser apenas um poder político, para se tornar, além disso, uma potência econômica e, essencialmente, comercial (FIALHO, 2020). Além disso, a obtenção de consenso, especialmente com a União Americana, representou grandes avanços nesse sentido. Por exemplo, em junho de 2001, a China e os Estados Unidos para chegar a um consenso sobre as negociações multilaterais penderes para a entrada de Pequim para a Organização Mundial do Comércio (OMC) questões. Os delegados de ambos os lados se reuniram em Xangai no âmbito do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), que conta com a participação de 30.000 funcionários, especialistas e empresários de 21 países (GUIMARÃES, 2012).

Outras ações para a abertura

Como mencionado anteriormente, a produção agrícola dobrou nos anos 80 e a indústria melhorou, especialmente nas áreas costeiras próximas a Hong Kong e longe de Taiwan, e o PIB triplicou o de 1978. Por outro lado, com este sistema híbrido, a gestão tem experimentado os piores resultados em termos de burocracia e negligência do socialismo e da corrupção e inflação do capitalismo, o que levou ao retorno, em alguns casos, ao antigo sistema. Da mesma forma, os seguintes dados devem ser destacados: Em 1992-95, o PIB aumentou, principalmente nas áreas costeiras, com uma média de mais de 10% ao ano (FONTANA, 2017). Revendo, no final de 1993, uma série de reformas de longo prazo foram aprovadas para melhorar as leis de mercado e fortalecer o controle financeiro central, controlando as principais indústrias no que hoje é chamado de "economia de mercado socialista. Em 1995, a inflação caiu drasticamente, como resultado do forte controle sobre moeda e alimentos (LARDY, 2017).

Ao mesmo tempo, o governo se esforçou para (GUIMARÃES, 2012):

- Recolher impostos das províncias;
- Combate à extorsão e outros crimes econômicos, e
- Manter à tona grandes empresas estatais, muitas das quais não haviam participado da decolagem da economia.

No que diz respeito à desoneração fiscal, as seguintes ações recentemente empreendidas pelo governo chinês podem ser mencionadas: A partir de abril do presente ano de 2002, o Ministério das Finanças chinês começou a abolir a política de restrição de consumo, a fim de expandir e promover a demanda interna e fortalecer a capacidade de consumo dos moradores urbanos (SCHLÖGL, 2011). Além disso, exibido no curto prazo, o governo vai eliminar vários encargos especiais para o uso de carros, regular as taxas de construção para habitação, implementar a política de isenção total ou parcial de encargos para os trabalhadores deslocados e revisão encargos relacionados com salários dos trabalhadores em serviço ativo (LARDY, 2017).

Além dessas medidas, o Ministério da Fazenda fortalecerá a administração do fundo de arrecadação nos três aspectos a seguir (NONNENBERG, 2010):

- *Reajustar as disparidades com os acordos da OMC e eliminar os encargos que perturbam a formação de um mercado nacional integrado, promovendo assim o desenvolvimento saudável do mercado.*
- *Reordene as taxas de administração dos mercados justos e reveja as cobranças na licitação e no mercado de construção.*
- *Continuar promovendo a reforma de impostos e taxas no campo,*

reordenar em profundidade as taxas rurais especiais e regular a administração dos encargos relacionados à agricultura, a fim de aliviar os impostos sobre os camponeses e aumentar sua capacidade de compra.

- *Suprimir alguns projetos financiados com recursos do governo, realizar a política de isenção total e parcial de cobranças às empresas para sua conversão em sociedades anônimas e retificar os encargos para a construção de rodovias nas regiões ocidentais do país, a fim de criar um bom ambiente externo para a produção e operação de empresas.*

Como pode ter sido visto, a política econômica do governo da República Popular da China baseia-se em quatro pontos principais: O desenvolvimento e reorientação da agricultura como um setor estratégico da economia nacional, mas baseado em um novo modo de produção e comercialização. A industrialização do país em todos os níveis e tamanhos da indústria, mas com uma importante promoção e apoio à pequena empresa. A abertura da economia nacional chinesa ao investimento estrangeiro e ao comércio exterior. A luta contra a extorsão e outros crimes econômicos e a coleta oportuna de contribuições públicas (HAESBAERT, 2007). A redução ou eliminação de vários impostos que impediram o consumo interno. Mas, além disso, o governo chinês fez investimentos pesados em comunicações e transportes, bem como telecomunicações, a incorporação oficial da China como parceira das agências que lideram a nova ordem econômica mundial. A seção a seguir revisará alguns aspectos importantes relacionados ao setor (VIEIRA, 2006). Agora sabemos algumas das medidas tomadas pelo governo chinês para modificar sua economia e adaptar-se às mudanças na ordem econômica internacional dominante durante o último quarto do século XX. No entanto, ainda é necessário perguntar qual é, propriamente falando, uma economia de mercado socialista?

O conceito de economia de mercado socialista

Este conceito está enraizado na concepção da economia social de mercado de Ludwig Erhard, que foi ministro da economia da Alemanha durante o longo período de 1948-1963. A economia social de mercado de Erhard rejeitou a raiz do coletivismo e do planejamento estatal não em conformidade com o livre mercado", ou melhor, com as tendências da economia de mercado internacional, mas também "partiu de uma rejeição igual a Sinal firme do laissez faire do liberalismo clássico (VIEIRA, 2006; BRANDÃO, 2007).

Em suma, pode-se dizer que esta doutrina da Erhard abertamente rejeitado esses pontos das doutrinas socialistas e capitalistas, o que representa ou posturas extremas demais recalcitrantes (para não chamá-los

pragmática), poderia impedir a concorrência comércio livre ou favor desigualmente a uma das partes envolvidas neste processo. Assim, a política da economia social de mercado inspira-se na ideia de harmonizar, com base numa economia de livre concorrência, a liberdade pessoal com um bem-estar e segurança social crescentes, reconciliando os povos através de uma política de abertura global. Evidentemente, essa noção surgiu no auge da bipolaridade da Guerra Fria e do Oriente-Oeste, e as desigualdades sociais não atingiram um ponto tão alto quanto na era atual da globalização (NONNENBERG, 2010; BEDIN, 1997.).

Com a queda da União Soviética e a reorientação dos mecanismos de crescimento econômico na China e outras sociedades comunistas sobreviventes, há uma economia capitalista mundial em um sentido mais pleno do que nunca, com as consequentes desigualdades mencionadas acima. A desigualdade dentro das sociedades (tanto as industrializadas quanto as em desenvolvimento) aumentou, o que também foi mencionado, mas o número de pobres e pessoas que vivem na miséria cresce a um ritmo alarmante. Extremo e devastador. Em resumo, a China teve que se adaptar à economia de mercado, mas sem negligenciar suas funções sociais essenciais nas quais se baseia sua política de Estado, a fim de evitar que seu povo caia nessa terrível miséria (QUINZANI, M. A. D. 2019). Definitivamente, os aspectos destrutivos do crescimento econômico ilimitado são tão onipresentes e visíveis que nenhum Estado ou corporação industrial pode ignorá-los. Marx percebeu o capitalismo como um monstro, uma maneira irracional de liderar o mundo que subordina a satisfação das necessidades humanas ao mercado, e foi isso que deu origem à noção de economia social de mercado, justamente para aliviar um pouco a tensão dessas desigualdades (LARDY, 2017).

Em diferentes análises sobre o socialismo puro, Anthony Giddens, diretor da Escola de Economia e Ciência Política de Londres, e David Schweickart, pesquisador da Universidade Loyola de Chicago, consideraram que o socialismo estatal é um modelo de gestão empresarial economicamente ineficaz e politicamente autoritário "e que" decisões econômicas em um sistema complexo e global não podem mais ser efetivamente subordinadas a um planejamento centralizado. Assim, o Partido Comunista da China decidiu implementar um modelo em que, sem modificar seu sistema político ou seu regime de governo, poderia atuar no âmbito internacional do livre mercado, com a regulação do Estado, mas sem sua intervenção direta, permitindo desse modo o intercâmbio comercial com outros países e fomentando o investimento estrangeiro e o consumo no seu mercado interno, ao mesmo tempo que cuidando do bem-estar da cidade chinesa (GUIMARÃES, 2012).

A ascensão da China à condição de potência global marca uma novidade: pela primeira vez a ordem capitalista global poderá deixar de ser hegemônica pelo mundo ocidental (HUTTON, 2007). O "milagre japonês" do período posterior à II Guerra Mundial, a despeito de criar o que por muito tempo foi a segunda maior economia

do mundo (KANG, 2007), não significou a contestação da posição de centralidade econômica e política das potências ocidentais. Por outro lado, o avanço chinês coloca-se no centro das atenções dos internacionalistas, particularmente nos EUA. Debate-se, intensamente quando a economia chinesa será maior que dos EUA; qual o poder dissuasório e o ritmo de modernização das forças armadas chinesas; se a emergência da China será marcada pela contestação explícita aos marcos institucionais que vêm governando as relações internacionais, entre outros temas (CUNHA, 2011).

CONCLUSÃO

Em termos gerais, pode-se concluir que a alta importância econômica que tem levado a China a partir dos mais remotos tempos antigos, tanto como um dos principais berços da humanidade como sendo o lar de alguns dos avanços tecnológicos mais valiosos humanidade, com todas as implicações que isso tem historicamente no campo da economia (a dominação militar foi possível, entre outros, graças à invenção da pólvora, lembre-se que com base nessa dominação foi como as potências européias conseguiram ter colônias em todo o mundo).

Mas, apesar de ser um importante centro econômico mundial, a China nunca apoiou realmente esse boom no comércio exterior; portanto, é particularmente atraente saber, em primeiro lugar, por que sua importância econômica e sua evolução de sua situação comercial. No entanto, corresponderá a outro estudo que analisa, por isso deixa aberta a porta para um trabalho futuro e mais profundo sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- BASSO, Andressa Wagner . Relações sino-latino-americanas: uma análise dos interesses adjacentes à aproximação chinesa com a América Latina e implicações para a economia brasileira. UFSA. Florianópolis, 2016. 94p
- BEDIN, G. A. Estado, cidadania e globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos. In: Odete Maria de Oliveira (Coord.). **Relações internacionais e globalização: grandes desafios**. Ijuí: Unijuí, 1997.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2007.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. *Rev. Sociol Polit.* Vol. 19 supl 1 Curitiba. Nov. 2011.

FONTANA, Gregori Vieira Bez . O Brasil no comércio internacional de commodities agrícolas: uma análise da relação comercial BRASIL-CHINA (1997 A 2015). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. CRICIÚMA 2017. 97p

FIALHO, Vinícius Lerina. Investimentos diretos externos chineses no Paquistão (1965-2018): financiando a infraestrutura para o desenvolvimento. Faculdade de ciências econômicas programa de pós-graduação em estudos estratégicos internacionais. UFRS.PORTO ALEGRE 2020. 142p

GABRIEL, Vivian Daniele Rocha Expropriação Indireta nos Acordos de Investimento ; Vivian Daniele Rocha Gabriel ; orientador José Augusto Fontoura Costa -- São Paulo, 2019. 252f.

GUIMARAES, Alexandre Queiroz. A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 20, n. 44, p. 103-120, Nov. 2012 .

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Revista do Departamento de Geografia*, UERJ, RJ, v. 5, p. 7-19, 2007.

HUTTON, W. *The Writing on the Wall: China and the West in the 21st Century*. London: Little Brown. 2007

KANG, D. C. *China Rising: Peace, Power and Order in East Asia*. New York: Columbia University. 2007

LARDY, N. **Integrating China into the global economy**. Washington: Brookings Institution Press, 2017.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 201-218, June 2010.

POSSETI, B. R. REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DO TEMA CHINA NA GEOGRAFIA ESCOLAR . TCC. UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho” Campus Experimental de Ourinhos Ourinhos/SP 2016. 56p.

QUINZANI, M. A. D. A política externa da China para o Brasil: riscos e potencialidades (1990-2017) / Marcia Angela Dahmer Quinzani. - Foz do Iguaçu, 2019. 183 f.:

SCHLÖGL, Bruno. A POLÍTICA ANTICÍCLICA DURANTE A CRISE GLOBAL DE 2008/2009. UFSC. Florianópolis, 2011. 92p

SOUZA, Antonio Renildo Santana As relações entre a reforma do estado e a dominação do capital na China: as transformações pós-1978 / Antonio Renildo Santana Souza – 2007. 367 f

SUKUP, V. . A China frente à globalização: desafios e oportunidades e oportunidades Ver. Bras. Polit. Int. vol. 45 no 2 Brasilia jul/Dec. 2002

VIEIRA, Flávio Vilela. China: crescimento econômico de longo prazo. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , v. 26, n. 3, p. 401-424, Sept. 2006.

ZANETHI, Rodrigo Luiz A governança global como instrumento de proteção ambiental nos acordos de livre comércio: Acordo de Facilitação do Comércio e TransPacific Partnership . Programa de pós graduação doutorado em direito ambiental internacional. Universidade Católica de Santos. SANTOS 2018 . 182p